

A CRECHE COMO FACILITADOR DO SER SOCIAL DO SUJEITO-CRIANÇA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Ana Felícia Rivello¹
Letícia Pena Luna²
Octávia Cristina Barros³

leticialunapsi@gmail.com

ÁREA DO CONHECIMENTO: Ciências Humanas.

RESUMO

O presente trabalho busca analisar o conceito das creches, que são uma subdivisão da Educação Infantil destinada aos primeiros três anos de vida de uma criança. Seu viés pedagógico e seu caráter constitucional enquanto partes formadoras da Constituição Federal de 1988 são discutidos. A história desta instituição permeia justamente o questionamento da sua função social ao longo do tempo, abarcando o conceito de maternidade que é modificado pelo novo modelo de produção moderno, que retira a mulher do seio familiar e a coloca no mercado de trabalho. A institucionalização das creches passa pelo modelo de adequação e substituição do ambiente doméstico para essas crianças. Visto isso, o processo de fundação das creches pode ser considerado uma alternativa que não necessariamente insere a criança como um ser frágil e carente de cuidados especiais, mas sim uma alternativa para as mães que necessitavam sair de suas casas para trabalhar. Sendo assim, a análise proposta se baseia na literatura para delimitar o processo histórico e social das creches, bem como a influência que a psicanálise exerce na elaboração de intervenções e observações de necessidades que as crianças pequenas apresentam. A pesquisa se dará com referências em publicações nas bases de dados eletrônicas SciELO e Google Acadêmico.

PALAVRAS-CHAVE: creche; sujeito-criança; psicanálise

1 INTRODUÇÃO

A creche pública é uma subdivisão da Educação Infantil, enquanto instituição governamental, voltada ao atendimento de crianças de zero a 3 anos, fase estabelecida como primeira infância. Por mais que esteja sob o viés pedagógico, estabelecido em 1988 por meio da Constituição Federal, seu caráter funcional ainda é discutido, considerado por diversos pesquisadores da área como essencialmente assistencial.

¹ Acadêmica do Curso de Psicologia da Faculdade Vértix Trirriense - Univértix.

² Especialista em Psicologia Clínica Infantil - PUC Rio.

³ Doutorado em Saúde Mental pelo Instituto de Psiquiatria da UFRJ.

O histórico dessa instituição perpassa justamente pelo questionamento de sua função social através do tempo. De acordo com Spada (2005), sua ascensão se deu através do movimento crescente da industrialização, da mercantilização no Brasil e do aumento da demanda por mão-de-obra na década de 1970, introduzindo as mulheres no mercado de trabalho. Com isso, os papéis da maternidade e da educação domiciliar nos primeiros anos de vida da criança se comprometeram, criando a necessidade de um local de assistência básica e acolhimento, e atribuindo o conceito puro de assistencialismo às creches. A consequência desse engessamento do papel do serviço prestado nessas instalações é a lacuna identitária da instituição, carente de um propósito que ultrapasse a assistência e alcance a função pedagógica, e isso caracteriza a situação das creches como um produto da omissão estatal (Spada, 2005).

A necessidade de um espaço de acolhimento às crianças com o advento das novas configurações sociais tornou possível a reflexão de institucionalização das creches. Segundo Pacheco e Dupret (2004) esse surgimento pode ser relacionado aos movimentos sociais oriundos do capitalismo, que modificaram o papel da mulher na sociedade e, conseqüentemente, subverteram o modo de cuidado para com as crianças. Nesse sentido, a creche pode ser definida como um instrumento funcional complementar ao ambiente domiciliar e ao acolhimento parental, além de deter a função estatal de mediadora da miséria, em detrimento das próprias políticas públicas concebidas no país. Toda a conceituação do que é posto como órgão constituinte das creches públicas sempre visou atender às mulheres proletárias, ou seja, de renda mais baixa. Visto isso, seu compromisso com infraestrutura, adequação, promoção de saúde e bem-estar nesses ambientes não é pautado como essencial. A análise possível do impacto da função social da creche pública é a de que dois fatores estão diretamente relacionados: a omissão estatal perante à carência de um serviço essencial e o público atendido pelo serviço, composto por crianças na primeira infância e mulheres que precisam sustentar a dupla jornada que a maternidade e o mercado de trabalho impõem. Essa consideração abre margem para a afirmação de que não há preocupação governamental com o desenvolvimento e a educação infantil (Pacheco; Dupret, 2004).

A educação infantil no Brasil é produto de um processo de manifestações culturais e uma constante luta frente às mudanças políticas, econômicas, sociais e trabalhistas advindas da modernidade. Portanto, a creche possui inicialmente um significado de necessidade exclusiva da mãe, agora inserida no mercado de trabalho (Gava; Sánchez, 2015) e não da criança. Seu caráter assistencial visava obter uma espécie de “guarda provisória” para uma educação subordinada aos organizadores, e não uma educação emancipatória (Kramer, 2011).

Logo após a promulgação da Constituição Federal de 1988, mais precisamente no ano seguinte, houve uma convenção de caráter internacional denominada Convenção sobre os Direitos da Criança, onde foram discutidas as necessidades da infância, tendo em vista os cuidados especiais a serem considerados e o papel social da criança, haja vista que estas são vistas como incapazes de se autogovernar e de tomarem decisões por si mesmas. Portanto, seguindo a lógica do Regime Internacional da Criança, há um conceito de que a criança é um ser frágil, em desenvolvimento e não exerce uma função social, estando hierarquicamente abaixo de um sujeito adulto, agente social e em exercício de cidadania (Martins, 2016). Essa análise põe em xeque a visão que a sociedade tem sobre essa criança, que necessita de cuidados, mas está submetida a um sistema que não a considera um ser político, ou social. Portanto, os direitos sobre si não implicam em deveres, um claro e objetivo motivo para que estas sofram negligência do Estado e omissão em todos os setores sociais.

A discussão proposta neste estudo é a de compreender, com base na literatura e na teoria psicanalítica, como é feita a relação de inserção das crianças na sociedade por meio das creches, como ela é feita e o grau de influência dessa inserção no processo de desenvolvimento social na primeira infância.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A análise proposta no presente estudo se fundamenta na psicanálise, visando a creche como um ambiente introdutório à civilização para crianças pequenas. Segundo Mariotto (2003), visto que o trabalho exercido na creche se faz dependente da forma como o desenvolvimento da criança é abordado, a psicanálise surge como uma forma divergente das demais de enxergar o processo de subjetivação. A creche

como ser social implica em uma análise do papel da mesma como promotora do desenvolvimento, que inclui em sua fundamentação o devir psíquico e a inserção do sujeito como ser de direito constitucional. Ainda nesse aspecto, o desenvolvimento integral envolve a atenção à dimensão afetiva e os cuidados com instâncias fisiológicas, sendo assim para ser considerada um ser social, a creche deve cuidar e educar, e não se fixar numa proposta puramente assistencialista ou pedagógica.

Sendo assim, é possível dizer que o desafio da creche é compreender o significado do cuidar e do educar, se adequando às necessidades de regulação e proteção, além de produzir o conteúdo pedagógico e estimular também o desenvolvimento emocional do sujeito-criança.

Sobre o desenvolvimento da organização sexual infantil, Freud articula os instintos parciais como operantes na obtenção do prazer, e também sua natureza autoerótica. Então, Freud (2016, p. 107) acrescenta que:

Com a ajuda da psicanálise, o estudo das inibições e perturbações desse curso de desenvolvimento nos permite reconhecer os esboços e estágios preliminares de uma tal organização dos instintos parciais, estágios que constituem ao mesmo tempo uma espécie de regime sexual.

Sendo assim, pode-se afirmar que a creche possui potencial para proporcionar à criança um ambiente onde ela possa se desenvolver plenamente, tanto em seu aspecto físico quanto em sua instância subjetiva.

3 METODOLOGIA

A realização desse trabalho está baseada em uma revisão de literatura, em que será resumida e analisada a questão das creches, com o enfoque nas crianças e embasada na teoria psicanalítica. Para Mancini e Sampaio (2006), revisões de literatura podem ser descritas pela análise e pela síntese da informação disponível e relevante sobre um tema específico, com o objetivo de resumir um conhecimento já existente e levar à conclusão do assunto abordado.

A pesquisa dos artigos será realizada dentro das bases de dados eletrônicas SciELO e Google Acadêmico. Em ambas as bases serão usadas palavras-chave em inglês e português para a busca. Além disso, a pesquisa em obras literárias (físicas e digitais) abarcando a pedagogia e a psicanálise também será colocada em pauta.

Os critérios de inclusão foram: artigos, revisões sistemáticas, estudos de caso, relatos de experiência e teses dissertativas de acordo com o tema proposto, sendo este o papel das creches, o conceito de infância e a educação infantil de um modo geral, que estejam disponíveis nas bases de dados eletrônicas citadas anteriormente, além de obras literárias que contribuam para a análise do tema, que envolve a área da educação e da psicanálise. As publicações nas bases de dados eletrônicas foram limitadas entre os anos 2015 e 2022.

Os principais critérios de exclusão foram: artigos e demais publicações científicas que denotem incoerência ao tema, ou não estejam relacionados a ele, bem como publicações paralelas ou sem fins científicos, bem como trabalhos anteriores a 2015 e posteriores a 2022.

A busca nas plataformas foi realizada com os descritores “creche” e “psicanálise”. Na plataforma SciELO, foram encontradas 4 publicações relacionadas ao tema. Já na plataforma Google Acadêmico, os resultados se mostraram mais favoráveis, com aproximadamente 4.200 publicações, com os filtros direcionados a teses e artigos científicos.

As publicações foram analisadas, sintetizadas e interpretadas de acordo com a narrativa proposta, formando um projeto único com a capacidade de promover a reflexão acerca da educação infantil no Brasil, tendo em consideração sua história, seu contexto social e seus impactos culturais, e mais especialmente, na vida da criança, público alvo desse serviço, sob a ótica da teoria psicanalítica.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Seguindo a metodologia, foram selecionados 3 trabalhos na plataforma SciELO, e 2 na plataforma Google Acadêmico. O assunto foi elaborado a partir de leitura minuciosa dos textos e análise de sua relevância para o estudo deste trabalho.

A partir da fundamentação teórica, é possível identificar a importância do desenvolvimento sexual na primeira infância, delegando àqueles responsáveis pela criança a tarefa de garantir a autonomia desta, como parte essencial do cuidado. Fazendo um resgate à Freud (2018, p. 107), este afirma que

(...) com a ajuda da psicanálise, o estudo das inibições e perturbações desse curso de desenvolvimento nos permite reconhecer os esboços e estágios de uma tal organização dos instintos parciais, estágios que constituem ao mesmo tempo uma espécie de regime sexual. Essas fases da organização

sexual são normalmente percorridas sem tropeços, revelando-se apenas por alguns indícios.

Podemos concernir, a partir desse raciocínio, que se faz necessário tanto à agenda familiar quanto às instâncias da creche, o conhecimento acerca da constituição do desenvolvimento sexual para o pleno desenvolvimento do cuidado para com os pequenos. Para eles, é importante a mediação entre as crianças e seus cuidadores, para que elas possam compreender o funcionamento de seu corpo, estimulando assim sua autonomia, autoestima e segurança.

O trabalho de cuidado na creche, antes da LDB (Brasil, 1996) era configurado como uma atividade menor e executada por auxiliares como atendentes e *pajens*, tendo como prioridade o benefício que esta oferecia à mãe trabalhadora. Porém, com a elaboração desse documento, o cuidar se faz mais presente nas discussões acerca do serviço oferecido nas creches. Fonseca (2018, p. 1557) afirma, sobre o tema, que “para definir o cuidar é preciso perceber que este é parte da educação, ainda que exija habilidades que não sejam eminentemente pedagógicas”. Tendo isso em vista, é realizável se afirmar que o processo do cuidado nas creches perpassa tanto um lugar de arcabouço teórico para compreender o desenvolvimento sexual do sujeito-criança, bem como por um conjunto de estratégias de atenção e cuidado que não se limitam à pedagogia tradicional.

Com a presença da criança na creche, conseguimos considerar alguns obstáculos enfrentados pelos educadores. Uma delas é a dificuldade de separação que estas têm com a mãe, muito comum na faixa etária em que as crianças são inseridas nas escolas. Acerca da função cuidador/educador na creche, Gnatta *et al* (2020) sugerem algumas funções primordiais para este:

[...] estabelecer uma relação de transferência e vínculo com os bebês para a adaptação do bebê ao desconhecido, e acolhimento na situação de abandono que as crianças pequenas sentem ao se separar da mãe.

Essa afirmação elucida o papel crucial do educador em orientar e acolher essa criança no ambiente escolar, promovendo o fortalecimento do vínculo educacional e promovendo o desenvolvimento desse sujeito.

Sobre a metodologia IRDI, sigla para Indicadores Clínicos de Referência para o Desenvolvimento Infantil, Plotow (2018, p. 77) explica que o desenvolvimento desta se deu no ano 2000 e visava validar os indicadores para que estes pudessem ser

empregados por pediatras e profissionais da saúde da atenção básica nas consultas regulares com os bebês dentro de seus primeiros 18 meses de vida. O protocolo conta com 31 itens indicadores que podem auxiliar na identificação de entraves futuros para o desenvolvimento infantil.

Segundo Cavaggioni *et al* (2018):

O IRDI é um instrumento criado pelo Grupo Nacional de Pesquisa (GNP) a pedido do Ministério da Saúde, por meio de uma pesquisa multicêntrica. O GNP foi composto por 10 psicanalistas que tinham como objetivo a construção e validação de um protocolo de indicadores de desenvolvimento psíquico para ser utilizado por pediatras e incluído nos protocolos de acompanhamento do desenvolvimento infantil. Este instrumento tem a finalidade de identificar precocemente sinais de entraves no desenvolvimento infantil e de risco psíquico.

Com a pesquisa sobre o protocolo IRDI podemos observar a importância que o estudo psicanalítico possui dentro do campo educacional, visto que este desenvolve um trabalho atencional ao cuidado com a infância, seus obstáculos e possibilidades de desenvolvimento tanto no campo da pediatria, quanto no educacional.

Os primeiros anos da infância são cruciais para o desenvolvimento cognitivo, afetivo, social e psíquico da criança (Cavaggioni *et al*, 2018). Visto isso, se faz importante oferecer aos pequenos um serviço de qualidade, estimulando seu desenvolvimento pessoal e proporcionando a interação social, também extremamente importante nessa fase.

Sobre a presença ativa da família nas creches, Pesaro *et. al* (2018) explicita a preocupação em convocar os familiares para o trabalho nas escolas, no caso de bebês que apresentaram indicadores ausentes mesmo após as intervenções das professoras. Segundo as autoras, esta abordagem se mostra importante para evitar a patologização da infância. É compreensível que o vínculo afetivo com a família proporciona às crianças uma nova oportunidade de desenvolvimento e de promoção à saúde mental, já que esta passa a maior parte do seu dia na creche.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É admitida, com o debate proposto neste trabalho, a relevância da psicanálise no âmbito da educação infantil, bem como sua contribuição para a transformação da creche em um ambiente de promoção à saúde mental e ao desenvolvimento do sujeito-criança. Os primeiros anos de vida da criança são extremamente importantes

para a teoria psicanalítica, e é na creche que esse indivíduo se constitui enquanto ser social. O modelo de creche que observamos hoje foi constituído historicamente, saindo de um ambiente assistencial para mães e se tornando um dispositivo que estimula e acolhe os pequenos, com o amparo da LDB, com função tanto pedagógica quanto de cuidado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil].

CAVAGGIONI, Ana P. M.; OLIVEIRA, Michelle C. T. de. BENINCASA, Miria. Metodologia IRDI nas creches: relato de experiência na rede pública e privada. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 39, n. 1, p. 5-20, jan./jun. 2018. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-54432018000100002. Acesso em: 29/08/2024.

FONSECA, Paula F.. O Laço Educador-Bebê se Tece no Enodamento entre Cuidar, Educar e Brincar. **Educação & Realidade**, São Paulo, v. 43, n. 4, p. 1555–1568, outubro, 2018 Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-623675614>. Acesso em: 29/08/2024.

FREUD, Sigmund. Obras completas Volume 6: Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria ("O caso Dora") e outros textos. Companhia das Letras, 2016.

GAVA, Fabíola A.C.; SÁNCHEZ, Damián S. Movimentos Sociais e Educação Infantil: dos caminhos históricos às conquistas e desafios atuais. **Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE**, Recife/PE, v. 2, n. 7, p. 55–75, fevereiro, 2016.. Disponível em: <https://journals.ufrpe.br/index.php/cadernosdecienciassociais/article/view/444>. Acesso em: 24/08/2024.

GNATTA, Hellen Terluk; MARCOLINO-GALLI, Juliana; BALLAO, Cléa Maria. A função do educador na creche sob a abordagem psicanalítica: uma revisão integrativa. **Educação**. Porto Alegre, v. 43, n. 2, e32010, maio, 2020. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/faced/article/view/32010>. Acesso em: 29/08/2024.

KRAMER, Sonia. A política do Pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce 9ª edição. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011. V. 3. 140p.

MANCINI, Marisa C.; SAMPAIO, Rosana F. Quando o objeto de estudo é a literatura: estudos de revisão. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, São Carlos/SP, v. 10, n. 4, p. 361-472, out./dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbfis/a/4SXvxPYFB3GWs4V4s3vz7kN/#>. Acesso em: 29/08/2024.

MARIOTTO, Rosa M.M. Atender, cuidar e prevenir: a creche, a educação e a psicanálise. **Estilos da clínica**. São Paulo, v.8 n.15, pág. 34-47, junho, 2003. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282003000200003. Acesso em: 29/08/2024.

MARTINS, Marcelle T. A criança como ser político: uma discussão acerca do papel da criança na sociedade. **Cadernos de Relações Internacionais PUC**, Rio de Janeiro, v. 9, n.1, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.17771/PUCRio.CadRI.26570>. Acesso em: 29/08/2024.

PACHECO, Ana L.P.B; DUPRET, Leila. Creche: Desenvolvimento ou Sobrevivência?. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 103–116, 2004.. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-65642004000200006>. Acesso em: 29/08/2024.

PESARO, M. E. *et al.*. Grupos de pais-bebês nas creches como estratégia de promoção da saúde mental na primeira infância. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 44, pág. 1-16, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/GbL3YrYZL9tff76TQBq6Sbk/#>. Acesso em: 29/08/2024.

PLOTHOW, Sabrina Vicentin. **O que as professoras esperam dos bebês nas creches? Um estudo sobre a autonomia da criança a partir da psicanálise**. 2018. Dissertação (Mestrado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-27032019-175525/pt-br.php>. Acesso em: 29/08/2024.

SPADA, A.C.M. Processo de criação das primeiras creches brasileiras e seu impacto sobre a Educação Infantil de zero a três anos. **Revista Científica Eletrônica de Pedagogia**, São Paulo, v. 5, p. 02-02, janeiro, 2005. Disponível em: http://www.faeff.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/iG3tNqxQCLnBR_Lr_2013-6-28-12-6-20.pdf. Acesso em: 28/08/2024.